Capítulo VIII - Relatos históricos e sustentabilidade um campo de possibilidades fundamentado na etnobotânica

Luci de Senna Valle
Maria Franco Trindade Medeiros
Luiz José Soares Pinto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALLE, L.S., MEDEIROS, M.F.T., and PINTO, L.J.S. Relatos históricos e sustentabilidade: um campo de possibilidades fundamentado na etnobotânica. In: SANTOS, M.G., and QUINTERO, M., comps. *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 168-182. ISBN: 978-85-7511-485-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0010>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO VIII

Relatos históricos e sustentabilidade: um campo de possibilidades fundamentado na etnobotânica

Luci de Senna Valle
Maria Franco Trindade Medeiros
Luiz José Soares Pinto

Introdução

Levando-se em conta informações históricas sobre os saberes gerados pelas populações humanas em torno dos recursos vegetais, e, ao considerarmos os aspectos “ambiental” e “temporal”, alcançamos a condição que nos permite trilhar os caminhos da interação das pessoas com este mundo vegetal. Através dos norteadores “sociais” e “culturais” as pessoas vão dando sentido àquelas espécies vegetais que compõem o seu ambiente vivencial, por exemplo, selecionando para o cultivo as plantas que integram a sua dieta alimentar, a sua farmacopeia, a sua manifestação religiosa, como também outros domínios culturais intrínsecos à vida humana. Todo esse arcabouço teórico e prático vai se formando, acumulando, transformando e permanece como sendo de domínio daqueles que o geraram, portanto, conhecimento empírico passado de geração a geração chegando até os dias de hoje.

É bem verdade, que desde tempos remotos o homem lançou mão de investigações em áreas bastante ricas e ainda desconhecidas, na atualidade. O complexo de saberes tradicionais ou locais, em constante formação, também interessava àqueles que tinham sua curiosidade aguçada, pelas novas formas de ser e estar, com a qual entravam em contato em determinado instante de suas vidas. Formava-se assim um “conhecimento filtrado” pelo “outro” a partir da apreensão do que era “novo” para si –

novas relações, opções, construções, novos ambientes, novas condições de sobrevivência, novos tempos.

Situação concreta desta nova apreensão da realidade pode ser constatada no caso dos viajantes europeus em terras brasileiras. Graças ao potencial natural e científico encontrado no Brasil, podemos afirmar que este serviu de fascínio inegável e curiosidade para os viajantes europeus nos séculos XVI a XIX (e ainda nos tempos atuais) como um dos mais preciosos patrimônios nacionais (Martin, 1995; Senna-Valle e Manzali, 2009; Senna-Valle e Medeiros, 2014).

A propósito, pensando-se a questão da temporalidade, poderíamos nos indagar qual seria a razão de voltarmos às questões do passado se o tempo de hoje é cada vez mais breve. A razão é que se percebe cada vez mais ser de fundamental importância, para promoção da sustentabilidade, empenhar-se em pesquisas que entendam o diálogo multidisciplinar como meio pelo qual o resgate de informações – conhecimentos, ou ainda, sabedorias tradicionais e locais – tenham como intuito final apontar caminhos dentro do viés de “sustentabilidade”.

No sentido de conjugação de saberes científicos para a construção destas possibilidades de “sustentabilidade”, é interessante nos recordarmos de Fitas (1998), que nos revela a importância da interdisciplinaridade entre as ciências da natureza e do ambiente, as ciências sociais e a história. Esse autor reforça a ideia de que áreas distintas do conhecimento contribuem para o relacionamento disciplinar que podem expandir tanto os campos científicos como as metodologias.

Assim, tendo em mente a questão da cronologia, podemos mencionar o campo da etno-história, que tem sido utilizada para dar conta de problemáticas relativas à antropologia e à história. Sugestões podem ser dadas para a etno-história, onde o passado das culturas seria o principal elemento, as fontes de informações seriam as tradições orais ou escritas e a ênfase estaria nas mudanças culturais. Ela constitui-se apenas em um método: trata-se de um campo de estudo que está por se definir e o seu significado varia amplamente de contexto para contexto e de quem o está usando (Carmack, 1979).

Mas, voltando-nos para a ciência etnobiológica, gostaríamos de ressaltar a etnobotânica (etnobiologia) histórica como o campo de possibilidade de diálogo entre a antropologia, a história e a biologia (Medeiros, 2013). Outras áreas do saber também integram as pesquisas em etnobotânica

histórica. Ainda para esse autor, os critérios de inclusão de determinadas matrizes teóricas e metodológicas dependerá unicamente da perspectiva que se deseja analisar. Nesta linha, em que o principal elemento está focado nas relações das culturas passadas desaparecidas ou viventes com os recursos vegetais, podemos encontrar um meio de refletir a questão da “sustentabilidade” na cultura do presente.

Dentre as fontes de pesquisa mais exploradas, podemos apontar os diferentes tipos de registros históricos, deixados pelos povos e civilizações, ou mesmo como determinado personagem analisava o mundo vegetal em um dado período. Para isto, os manuscritos, relatos históricos e da memória popular, iconografias, esculturas, cerâmicas, música, vestígios de ocupação em sítios arqueológicos e outras que possam contar como viviam os povos em períodos anteriores ao nosso são fontes inesgotáveis de informação, que aos olhos atentos do pesquisador ganham vida e contam a sua história.

Plantas, cronistas, religiosos e naturalistas como protagonistas da etnobotânica histórica

Vamos agora lançar um olhar sobre alguns relatos. Histórias que nos apontarão para uma reflexão em torno da inserção das plantas na constituição da sociedade humana, como também em torno de relatos de cronistas, religiosos e naturalistas que aportaram em terras brasileiras. Por meio destes dados, que têm como cerne a íntima relação que se estabelece entre as pessoas e o universo vegetal ao longo do tempo, vamos tendo diante dos olhos a revelação do que representa a etnobotânica histórica. Essa busca por informações do passado traz elementos culturais que permitem um ato de pensamento no presente, para que se possa alcançar alguma projeção futura nos mais diversos âmbitos.

A seguir, apresentamos relatos de espécies vegetais que consideramos instigantes para o pesquisador no sentido de dar uma sequência a este “aperitivo historiográfico” de cada planta, buscando encontrar, quem sabe, em futuros estudos pessoais, as possibilidades de sustentabilidade para essa herança cultural.

A “mandioca” (*Manihot esculenta* Crantz) é uma planta tão importante quanto o arroz e o milho nas regiões tropicais em todo o mundo, possuindo

do grande expressão econômica, social e histórica. No início da colonização, ela se estabeleceu como “pão da terra”. Entre os séculos XVI e XIX, a alimentação do brasileiro, de um modo geral, sobretudo nas áreas em que mais se fez sentir a influência indígena, sustentava-se basicamente na cultura e no consumo da mandioca, segundo suas diferentes maneiras. Na categoria das plantas alimentícias americanas, só abdica lugar à batata e ao milho (Ribeiro, 1983). Admite-se sua provável origem genética ou botânica, como o seu ancestral mais antigo *Manihot pusilla* Pohl (Albuquerque e Cardoso, 1980). Para a fabricação de farinha, cauim e beijus, os índios ampliavam cultivares de mandioca venenosa (*Manihot esculenta* Crantz).

Sem a necessidade de solos muito férteis, de técnicas refinadas para a cultura, manipulação e transformação, muitos contribuíram para disseminar e propagar seu uso, sendo sua cultura antiga e tradicional. Já era cultivada pelos indígenas por ocasião do descobrimento do Brasil e, hoje em dia, é explorada tanto em todo território brasileiro quanto em todos os países sul e centro-americanos e nas Antilhas (Albuquerque, 1969).

O “milho” (*Zea mays* L.), denominado o rei dos cereais, é o terceiro cereal mais importante do mundo, considerado a “planta da civilização” da América por excelência. As culturas de origem americana – milho, batatas, mandioca, abóboras, pimentas e amendoins – fornecem variedade nutricional e alimentar a milhões de pessoas em toda a África, Ásia e Europa, bem como nas Américas (Balick e Cox, 1996). No Novo Mundo, o cereal pré-colombiano característico era o milho (Baker, 1968), que vem sendo plantado desde cerca de 3.000 a 3.500 a.C. nos planaltos mexicanos. Alcançou o Peru 2.000 anos mais tarde, produzindo a mais alta rentabilidade por planta. Os ameríndios cultivaram inúmeras variedades de milho – o preto, o amarelo, o amarelo e preto e o vermelho – e o consomem assado, cozido ou processado, como mingau, farinha e bebida fermentada (Ribeiro, 1983).

Apenas com o uso da enxada e com poucos dias de trabalho ao ano (cerca de cinquenta), o milho garantiu altas densidades populacionais e dispensou um imenso contingente de mão de obra dos afazeres agrícolas, que foi empregado para as monumentais obras arquitetônicas das civilizações pré-colombianas da América (Carneiro, 2003).

O milho e a “batata” (*Solanum tuberosum* L.) eram, e ainda são, plantas muito presentes na alimentação dos americanos (Baker, 1968). Esta apresenta grande durabilidade e resistência para armazenagem, sendo um recurso alimentício muito versátil nos diferentes modos de preparo desse vegetal.

Apesar de tais características, a aceitação da batata como alimento na Europa não foi imediata. Quando os primeiros relatos, escritos e ilustrados, chegaram ao continente no século XVI, pensou-se que a batata fosse uma espécie de trufa, o que, ao perceberem que não se tratava disso, causou uma repulsa por parte da nobreza por terem-na considerado um produto mais rústico. A batata teve aceitação primeiro na Irlanda, que lutava por uma maior independência da Inglaterra, e mesmo durante os combates podia manter sua segurança alimentar através desse vegetal, por ser um recurso extraído do subsolo (Cabral, 2016). Assim, desde a sua chegada, na Europa, no final do século XVI, as batatas foram aos poucos ganhando importância na alimentação dos irlandeses, até assumirem o papel de protagonistas na nutrição mundial, sendo uma das principais fontes de calorias, do século XIX.

O “cacau” (*Theobroma cacao* L.) é a planta do qual se produz o chocolate. O naturalista e médico Carl von Linné (1707-78) denominou a árvore do cacau, que, de acordo com a lenda asteca, significa alimento ou bebida dos deuses (Santos, 1966). Além desse traço cultural de destaque na cultura asteca, devido à sua condição de valorização também na cultura maia, o cacau foi utilizado entre eles como moeda de câmbio em sua sociedade.

A respeito do centro de origem desta espécie, é provável que o cacauero seja nativo da Amazônia brasileira, encontrando-se ainda em estado selvagem, na bacia do Orinoco, estendendo o seu habitat até o México, através da América Central. Foi cultivado no hemisfério norte nas terras temperadas da costa do pacífico, antes de Colombo (Ribeiro, 1983).

O franciscano Bernardino de Sahagún fez parte da missão religiosa para o Novo Mundo, mas praticamente deixou de lado sua missão evangelizadora para estudar e registrar, sob o ponto de vista antropológico, as crenças, valores e modo de vida dos nativos americanos. Sua dedicação aos estudos dos povos indígenas locais resultou na obra intitulada *História geral das coisas da Nova Espanha*, manuscrito que permaneceu obscuro até ser descoberto em uma biblioteca franciscana na cidade de Florença, e, por isso, ele também recebe o nome de Códice Florentino. O códice é composto por doze livros que nos revelam a organização social, as crenças, a economia, a conquista do México por Hernan Cortez, dentre outros aspectos. O Códice Florentino traz descrições e ilustrações do cacau e receitas de uso terapêutico do chocolate, como para diarreia, para diminuir a febre, entre outros usos. Sobre Cortez, este aportou nas Américas em 1505, e a conqui-

ta do território do México também foi registrada por ele mesmo, nas denominadas Cartas da Relação, escritas entre 1519 e 1526. Nesses documentos, são descritas as alianças e as batalhas entre os espanhóis e os indígenas até a chegada à capital do império asteca, que atualmente corresponde à Cidade do México. Cortez, ao narrar o contato com o imperador asteca Montezuma, descreve pela primeira vez na literatura ocidental o cacau e o chocolate. Montezuma recebeu Cortez oferecendo-lhe uma bebida servida aos guerreiros e às divindades, conhecida por *xocolatl* (termo composto por *xoco*, que significa amargo, e *atl*, água) (Cabral, 2016).

O “chocolate” preparado à base de cacau era, a princípio, uma infusão em água de uma mistura de cacau, milho e pimenta. Era falado que, ao tempo do governante asteca, Montezuma (ca. 1466-1520), os indivíduos ricos consumiam o cacau puro, adoçado com mel, e com o tempo, os europeus aprimoraram o chocolate, reunindo ao cacau o açúcar de cana, e canela ou baunilha como aromáticos.

No Brasil, o cultivo do cacau ocorreu no século XVII, no Pará. Esse cultivo encontrou terreno fértil para sua expansão, na Bahia, em especial na cidade de Ilhéus, onde continua até hoje. Nessas terras, o cacau se desenvolveu muito bem, o que fez com que von Martius, quando por lá passou em 1819, valorizasse o desenvolvimento dessa árvore (Martius, 1844).

O “maracujá” (família Passifloraceae) é uma fruta por excelência americana, tendo registros de utilização desde o México até a América do Sul. Seus primeiros relatos foram dados por Cienza de León, em 1553, comparando-o com a romã (*Punica granatum* L.), sendo conhecido popularmente em países de língua espanhola como *granadilla*. Já o termo maracujá tem origem tupi e significa “o alimento que vem em cuia”, devido ao formato e disposição das sementes no fruto.

Segundo Cervi (1997), as passifloras foram plantas utilizadas como elemento alegórico para a catequização dos ameríndios, onde um frei espanhol observou elementos da Paixão de Cristo. Daí o nome escolhido por Linnaeus para o gênero *Passiflora* L., em alusão aos martírios sofridos durante a Paixão de Cristo.

Sendo uma planta destas dada ao Papa Paulo V em 1609, rapidamente a sua procura e a sua representatividade ganharam outras artes, como a pintura, a poesia (“A flor de maracujá”, em *Cantos meridionais*, do poeta Fagundes Varela, 1869) e a música (“A flor de maracujá”, de Catulo da Paixão Cearense, interpretado por Rolando Boldrin).

Porém, na atualidade, as Passifloras ultrapassaram a visão religiosa e ganharam um papel social e metafórico diferentes, como em tatuagens e na medicina popular e alopatia.

O “urucum” (*Bixa orellana* L.) é o fruto do urucuzeiro ou urucueiro, arvoreta da família Bixaceae. Seu nome genérico vem do Aruaak e Karib. Recebe o nome Nahua “*achiote*” pelos índios, que o usam na coloração da comida e bebida, podendo ter função ritualística. Também é usado para pintura do rosto e do corpo e protege contra insetos (Oviedo, 1851).

Seu pigmento é oleoso e o tingimento preparado pelos índios era como uma pasta do arilo vermelho, veiculado em óleo, fácil de ser utilizado na pele. Os corantes são a bixina, insolúvel na água e lipossolúvel (Rizzini & Mors, 1995). As sementes moídas e ingeridas são utilizadas para males cardíacos e estomacais, tosse, bronquite, hemorragias e prisão de ventre (Graig, 1984).

O “pau-brasil” (*Paubrasilia echinata* (Lam.) – E. Gagnon, H. C. Lima e G. P. Lewis), chamado ibirapiranga, ibirapitanga ou pau-de-tinta, foi o produto de maior valor levado pela metrópole. Significa, na língua indígena, “madeira” ou árvore de cor vermelha. Foi muito usado para tingir roupas e como tinta para escrever; a brasileína é a matéria corante empregada (Pinto, 1995).

Em relação aos cronistas, especificamente no Brasil, iremos neste ponto propor a inversão do raciocínio, dando espaço para apontarmos de forma sucinta a produção de fontes primárias e iconográficas que se colocam como testemunhos da relação das pessoas com as plantas, no passado. Nosso intuito aqui é o de nos despertarmos para a compreensão de que tanto as espécies vegetais quanto as fontes documentais podem se constituir no início de um estudo em etnobotânica histórica (Senna-Valle e Medeiros, 2014).

Vários documentos históricos relevantes trouxeram informações acerca do conhecimento dos habitantes e plantas do Brasil no período colonial, como o de Gabriel Soares de Souza, intitulado *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587. Outra produção de relevante expressão no Brasil é *A narrativa da vontade de Deus: história do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, de 1630. Este é considerado o primeiro documento historiográfico do Brasil, em que se apresenta uma ampla descrição da vegetação brasileira.

Não se pode deixar de incluir aqui a notável carta de São Vicente, do Padre José de Anchieta que, em 1560, fez a primeira descrição detalhada da Mata Atlântica (figura 1). São Vicente é a última povoação dos

portugueses na Índia Brasilica voltada para o sul. Os escritos do Padre Anchieta são retomados em 1997, por Warren Dean, que faz o registro da história e da devastação da Mata Atlântica.

Figura 1. Representação alegórica do religioso da Companhia de Jesus, o Padre José de Anchieta

Fonte: Coleção Barbosa Machado, n.º 1.531, depositada na Biblioteca Nacional, n.º 17.648.

Por fim, gostaríamos de nomear um dos mais antigos desenhos da fauna e flora brasileira. Estes foram elaborados no Maranhão por Frei Cristóvão de Lisboa, no ano de 1624 (figura 2).

Figura 2. A) O religioso franciscano, Frei Cristóvão de Lisboa; B) Uma ilustração do "maracujá" de sua autoria, feita à pena e lápis para a obra *História dos Animais e Árvores do Maranhão*. Lisboa, 1624, fólio 120

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Entre outros arquivos históricos, podemos apontar para os do período da colonização holandesa, no nordeste do Brasil. Foi um dos mais fecundos no que tange o registro dos elementos naturais e do comportamento dos habitantes, durante aquele período. Os registros da flora e da fauna deixadas por Piso e Margraf em sua monumental obra *Historia Naturalis Brasiliae* de 1648 (figura 3).

As pinturas e gravuras, pelo pintor Eckholt, sobre o governo de Maurício de Nassau, retratam de modo singular a nossa flora, sua utilização, e a introdução de espécies exóticas, que passavam por um processo de aclimação em nosso território e que ganharam especial interesse em nosso solo, tomando algumas delas como nossas (figura 4).

Figura 4. Pintura *Cabaça, Frutas Cítricas e Cacto*, Albert Eckhout século XVII: 1) Gravatá (*Bromelia antiacantha* Berthol); 2) Cabaça (*Lagenaria* sp.); 3) Laranja (*Citrus* sp.); 4) Maracujá (*Passiflora edulis* Curtis) ramos floridos e frutos; 5) Cardo-cabeça-de-frade (*Melocactus* sp.)

Reflexões Finais

Como se vê, todas estas reflexões se assentaram na observação da natureza e da realidade que cercavam esses “pensadores”, sejam eles indígenas astecas, maias etc., europeus ou ainda pessoas de outras origens geográficas.

Trazendo para próximo deste diálogo o tema central enfocado pela obra que temos em mão, poderíamos então sugerir, como palavra final deste capítulo e como ponto de inflexão entre passado-presente-futuro, que o planejamento societário para um atualmente tão almejado futuro “sustentável” poderia, ou ainda, deveria beber da fonte (ou das fontes históricas). Não se trata de estudar a história por simples fruição, mas de buscar através dela uma reflexão ampla e profunda do que já vivemos e do que queremos viver. É, em certa medida, retomar as questões basilares da filosofia, que propõe ao homem um novo modo de pensar a realidade. A etnobotânica histórica trata, então, de um novo modo de pensar, em que a velocidade e a atualidade, que torna quase tudo descartável e preso a um único instante, deixam de ser o eixo central para estabelecer que o passado serve como arco de ligação para a busca de explicação da realidade presente e futura, através da reflexão.

Referências

- ALBUQUERQUE, M. *A mandioca na Amazônia*. Belém: IPEAN; Embrapa, 1969.
- ____ e CARDOSO, E. M. R. *A mandioca no trópico úmido*. Belém: Editora, 1980.
- BAKER, H. G. *Las plantas y la civilización*. México: Ed. Herrero Hermanos Sucesores S.A., 1968. (Serie Fundamentos de Botánica).
- CABRAL, L. M. *Plantas e civilização: fascinante história da etnobotânica*. Edições de Janeiro, 2016.
- CARMARCK, R. M. “Etnohistoria y teoria antropológica”. *Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca*, n. 26, Guatemala, 1979.

- CARNEIRO, H. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CERVI, A. C. "Passifloraceae do Brasil: estudo do gênero *Passiflora* L., subgênero *Passiflora*". *Fontqueria*, v. 45, n. 1, pp. 1-92, Madrid, 1997.
- CIENZA DE LEON, P. *La prima parte de la cronica del grandissimo Regno del Peru*. Roma: Valerio e Luigi Dorici, 1555.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FITAS, A. P. "Da Sociologia da Cultura à Etno-Botânica". *Revista Sítios e Memória*, n. 2, pp. 68-75, 1998.
- GRAIG, B. *Remédios caseiros*. Editora Ground LTDA., 1984.
- MARTIN, G. J. *Etnobotany: a methods manual*. Londres: Chapman and Hall, 1995.
- MARTIUS, C. F. von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. Trad. e notas: Pirajá da Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, INL/MEC, Brasileira, 1844.
- MEDEIROS, M. F. T. *Etnobotânica histórica: princípios e procedimentos*. Recife: NUPEEA, 2009.
- _____ e ALBUQUERQUE, U. P. (orgs.). *Dicionário brasileiro de etnobiologia e etnoecologia*. Recife: NUPEEA, 2013.
- OVIEDO, G. F. V. *Historia general y natural de las Índias, islã y tierra-firme del Mar Oceano*, 1851.
- PINTO, A. C. "O Brasil dos viajantes e dos exploradores e a química de produtos naturais". *Química Nova*, v. 18, n. 8, pp. 608-15, 1995.
- RIBEIRO, B. G. *Índios da América do Sul – Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- RIZZINI, C. T. e MORS, W. *Botânica econômica brasileira*. 1995, pp. 178-9.
- SANTOS, L. B. "Reproduzido de tipos e aspectos do Brasil". *Coletânea da Revista Brasileira de Geografia*. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8 ed. Rio de Janeiro: Coqueirais, 1966.

SENNA-VALLE, L. e MANZALI, I. “Etnobotânica histórica: uma abordagem diacrônica nos estudos etnobotânicos”. In MOURA, C. W. N. et al. (orgs.). *Botânica brasileira: futuro e compromissos*. Feira de Santana, 2009, pp. 1083-7.

_____ e MEDEIROS, M. F.T. “Etnobotânica histórica no Brasil” In SILVA, T. R. dos S. et al. (orgs.). *Botânica na América Latina: conhecimento, interação e difusão*. 11º Congresso Latinoamericano de Botânica, 65º Congresso Nacional de Botânica e 34º ERBOT - MG, BA e ES. Sociedade Botânica do Brasil, Salvador, 2014, pp. 310-6.

VARELLA, L. N. F. *Cantos meridionais*. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo e Henrique Laemmert, 1869, pp. 43-5.